

LIVRO DE ATAS 2014

CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1238ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima trigésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Informe sobre sentença de Juiz que anula tombamento de Petrópolis.** Abrindo os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal deu início à abordagem do assunto em pauta lembrando aos presentes tratar-se do desdobramento da solicitação de destombamento dirigida ao Inepac pelo advogado do requerente. Lembrou, em seguida, que a mesma foi encaminhada ao Conselho para análise, mediante parecer do arquiteto do DPCN/Inepac, Marcos Bittencourt. Com relação à decisão do CET sobre a matéria, falou do parecer do Conselheiro Victorino Chermont de Miranda que, baseado em termos legais, indeferiu o pedido em questão. Lembrou, ainda, que em razão de novo requerimento encaminhado ao Inepac e, mais uma vez, remetida à análise do Conselho, foi decisão do colegiado que, em se tratando de solicitação de caráter técnico, seria o caso de um pronunciamento prévio do Inepac sobre a matéria, mostrando a pertinência, ou não, deste novo pedido. O Presidente lembrou, ainda, que na ocasião fora avaliado pelo CET o fato de que o interessado não estava se insurgindo contra os argumentos jurídicos contidos no referido parecer do Conselho, por meio do qual foram rebatidos os questionamentos de ordem jurídica apresentados e negado o pedido de destombamento, mas que estava requerendo um reexame do assunto sob o ponto de vista estritamente técnico. Assim, informou o Presidente, o Colegiado deliberara que o assunto retornasse ao Inepac, para uma apreciação técnica da matéria. Sobre tal exame, o Presidente lembrou que o arquiteto Marcos Bittencourt apresentara uma série de considerações, entre as quais a de que realmente estaria havendo uma modificação significativa na área de entorno da Rua Coronel Veiga. Nela, os parâmetros estabelecidos para os imóveis tutelados, um gabarito de 8 metros e meio de altura, não são suficientes para assegurar a preservação desta ambiência, uma vez que a legislação urbanística do Município permite o adensamento da área. O Presidente ressaltou, em seguida, ter conversado com o arquiteto Marcos Bittencourt sobre o assunto em pauta, e que o mesmo declarara haver mencionado no seu parecer a necessidade da revisão não do tombamento em questão, mas, sim, a dos parâmetros estabelecidos para a respectiva área de tutela, uma vez que estes têm se mostrado insuficientes para garantir a preservação da ambiência destes bens. O Presidente declarou, em seguida, que a decisão do CET, à época, fora de que a análise do pleito ficaria suspensa até que fosse concluída a revisão do tombamento, o que, segundo declarou, resultou em certa fragilização do tombamento. O Presidente ressaltou, em seguida, que, na ocasião, o requerente alegava a propósito da área onde está localizado o seu imóvel não ser mais a área residencial de outrora, estando o seu entorno inteiramente degradado,

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

tornando-se inócuo o tombamento do imóvel, já que não mais existiam as relações ambientais e culturais da área em questão. Sobre o assunto, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que, de fato, no caso do imóvel em questão, localizado na Rua Coronel Veiga, não há razão para a manutenção do seu tombamento, dada à completa descaracterização do seu entorno, o que não foi mencionado em seu parecer, uma vez que isto constituiria grave precedente. Por esta razão, ressaltou o Conselheiro, na ocasião ter advertido que caberia ao Inepac antecipar-se, por meio da realização de um reestudo deste tombamento. Nele, estaria obviamente incluída a revisão dos parâmetros estabelecidos para a sua área de tutela, a fim de evitar-se uma onda de pedidos de destombamento na Cidade. Ainda segundo o Conselheiro, isto só poderá ser evitado se houver, por parte do Inepac, o reconhecimento de que, neste caso, não há mais um conjunto a ser preservado. Segundo o Conselheiro, a insistência na manutenção deste tombamento, ou mesmo a inércia do Inepac diante da questão, colocará sob risco os demais tombamentos na cidade, o que fica evidente diante da sentença em pauta. A Conselheira Regina Mattos declarou discordar do Conselheiro, ressaltando a importância da preservação do conjunto urbano em questão. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou não ter qualquer dúvida sobre tal importância por ocasião do tombamento, ressaltando que, entretanto, a realidade atual é inteiramente diversa, sendo de extrema importância para a preservação dos demais bens da cidade o reconhecimento, pelo Inepac, de que o este conjunto urbano não mais existe. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou concordar com o Conselheiro ressaltando, em seguida, que a situação mostra que o poder público local não está interessado pela preservação, o mesmo ocorrendo com a população. O Conselheiro argumentou, em seguida, que o momento deverá ser aproveitado para chamar-se o Prefeito da cidade para um debate sobre o assunto em pauta. Ressaltou, em seguida, que o atual administrador municipal, Manuel José Ribeiro, é arquiteto de formação, que acaba de coordenar um Plano para Petrópolis, sendo fundamental conhecer sua posição sobre o que está acontecendo com o patrimônio da cidade, bem como saber o que este propõe, estabelecendo-se, assim, um diálogo com o poder público local. A Conselheira Olga Campista, que declarou concordar inteiramente com o Conselheiro, declarou que a questão do tombamento de conjuntos em Petrópolis é recorrente, em razão de sua complexidade. Lembrou, em seguida, a Conselheira, que a Superintendente do IPHAN à época, a arquiteta Cristina Lodi, por ocasião da aprovação do Museu da Cervejaria Brahma, imóvel tombado pelo IPHAN e Inepac, decidiu montar um grupo de trabalho do qual fazia parte a Prefeitura e o Inepac, após constatar que o IPHAN, isoladamente, não seria capaz de resolver os problemas que estavam se apresentando naquele momento. Em seguida, Conselheira, após ressaltar a importância do patrimônio de Petrópolis, propôs que o momento atual seja aproveitado para estabelecer-se um esforço conjunto, com a realização de um seminário que poderia chamar-se *Patrimônio e Cidade*, envolvendo os órgãos citados, as Associações e imprensa locais. A proposta foi recebida com grande entusiasmo pelo Conselheiro Mozart Vitor Serra, e prontamente acatada pelos demais presentes. Quanto à sentença em pauta, o Presidente Paulo Vidal informou que o próprio Juiz reconheceu alguns equívocos cometidos, o que o teriam levado a extrapolar a competência do processo, razão pela qual será refeita a sentença, já que a mesma

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

ainda não foi publicada. Informou, por fim, que o Inepac apresentará subsídios à PGE, a fim de que examine a questão e instrumentalize o Instituto para responder à mesma, tão logo tal sentença seja publicada. **2. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação, foram assinadas pelo colegiado as Atas da 1226ª, 1227ª, 1236ª e 1237ª Sessões Plenárias. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1239ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima trigésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto de Modificação de Uso dos Edifícios situados na Avenida Silvio de Noronha, área de entorno do Hangar do Aeroporto Santos Dumont.** O Presidente Paulo Vidal, após declarar abertos os trabalhos, deu início à abordagem do assunto em pauta informando tratar-se de um *retrofit* de três edificações existentes no entorno do Aeroporto Santos Dumont, nos fundos dos antigos hangares da antiga Varig e Vasp, cujo projeto está inserido dentro dos parâmetros para atendimento de hotelaria destinada às Olimpíadas. Sobre o assunto, a Conselheira Regina Mattos informou que, em 2011, foi encaminhada ao Inepac uma *Consulta Prévia* com a solicitação de modificação de uso de tais edificações, tendo sido aprovada pelo Instituto a continuidade do desenvolvimento da proposta, desde que não houvesse qualquer aumento na volumetria dos imóveis em questão. Em seguida, mostrando ao colegiado as plantas da proposta de intervenção e fotografias das edificações existentes, a Conselheira Regina Mattos declarou que se trata de um empreendimento hoteleiro, chamado *Bossa Nova Mall*, do qual farão parte também lojas e auditórios, além de estacionamento. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou ver a proposta em pauta com grande entusiasmo, uma vez que, segundo opinou *"essa área da Baía encontra-se abandonada e, com a presente intervenção, vai se pegar um prédio já existente, desinteressante e abandonado, e que, retrofitado, dará segurança e vida ao local"*. O Conselheiro ressaltou, entretanto, discordar apenas do estacionamento privativo proposto, uma vez que, declarou, constituiria um prejuízo para a cidade. Ainda segundo o Conselheiro, não há qualquer necessidade de um estacionamento no local, uma vez que o empreendimento encontra-se no centro da cidade, onde chegará o BRT. Ainda segundo o Conselheiro, esse estacionamento consta da presente proposta apenas em atendimento a uma burocracia da Infraero. O Presidente Paulo Vidal declarou concordar com o Conselheiro, informando, em seguida, que o assunto do estacionamento já foi questionado pelo Inepac, tendo sido proposta a execução de uma praça seca no local, bem como a qualificação da praça existente localizada em frente, cujo projeto é de Burle Marx, o que já foi acatado pelos autores do projeto. Ressaltou, em seguida, que os mesmos se mostraram bastante abertos ao diálogo e interessados na qualificação de toda a área. Ainda segundo o Presidente, é preciso diferenciar-se o interesse da Infraero da postura do grupo que venceu a licitação, cujo entendimento parece ser o de que tal qualificação agregará qualidade ao empreendimento em tela. O Presidente Paulo Vidal, referindo-se à proposta de ligação entre o prédio de embarque do Aeroporto e as edificações a serem retrofitadas, declarou que a Conselheira Regina Mattos é de opinião que essa área



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

não deverá ser inteiramente ocupada por lojas, e que a cobertura de ligação entre as edificações não deverá ter a mesma linguagem da marquise do prédio de embarque, constituindo uma continuidade desta; deverá possuir, ao contrário, características arquitetônicas próprias. Informou, em seguida, que, por esta razão, tais questões já foram discutidas com os autores da proposta, que foram orientados a reduzir as áreas ocupadas neste espaço de ligação, bem como a projetar um elemento de cobertura de características arquitetônicas atuais. O Presidente ressaltou, em seguida, que tal estudo encontra-se em andamento, devendo ser encaminhado oportunamente ao Inepac e posteriormente trazido ao CET para análise. O Conselheiro Claudio Valério Teixeira declarou não se opor à intervenção pretendida, desde que sejam observados os parâmetros relativos ao não aumento da volumetria, ressaltando, em seguida, a importância do acompanhamento permanente da obra pelo Inepac, se evitando que o projeto seja alterado no decorrer de sua execução. Ao final dos debates, o colegiado deliberou positivamente quanto ao prosseguimento do projeto do empreendimento proposto, desde que observadas as seguintes ressalvas: 1. Que seja reestudada a proposta de interligação do anexo do Aeroporto com o empreendimento ora proposto, de modo a minimizar-se as áreas construídas; 2. Que o elemento de interligação entre os prédios possua características arquitetônicas próprias, diferenciando-se do estilo arquitetônico das edificações existentes; 3. Que seja valorizado o paisagismo do entorno das edificações, principalmente de sua área voltada ao prédio de embarque do Aeroporto. Encerrando as discussões do assunto em pauta, o Conselheiro Mozart Vitor Serra elogiou toda a condução do assunto pelo Inepac, pelo Presidente Paulo Vidal e a Conselheira Regina Mattos, o que, segundo o Conselheiro, resultou na qualificação de empreendimento que representará um importante ganho para a cidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 27 de janeiro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1240ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal informou ter sido encaminhada ao Inepac a terceira versão da *Proposta de Modificação de Uso dos Edifícios situados na Avenida Silvio de Noronha, área de entorno do Aeroporto Santos Dumont*, assunto discutido pelo Conselho durante a 1239ª Sessão Plenária, de 13 de janeiro do ano corrente. Informou, em seguida, que a mesma já incorpora as sugestões formuladas pelo colegiado durante a sessão referida, conforme registro na Ata respectiva, e que foram encaminhadas aos autores da proposta via ofício. Em seguida, após apresentação e aprovação desta pelo colegiado, o Presidente declarou que o Inepac encaminhará novo ofício com tal aprovação, com a ressalva de que está sendo aguardado o envio do Projeto Executivo, para o devido acompanhamento das obras pelo Instituto. A seguir, na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Regularização de intervenções e acréscimo de área construída no entorno da Igreja de São Sebastião de Itaipu, Niterói, RJ.** Dando início à abordagem do assunto em pauta, o Presidente Paulo Vidal informou tratar-se de nova proposta com o objetivo de regularização de intervenções no entorno imediato da Igreja, o que incluiria a demolição de obras irregulares executadas. Informou, em seguida, que da mesma consta, ainda, a solicitação de aprovação de novos acréscimos de área construída no local, bem como na Casa Paroquial. Relatou, em seguida, que os problemas envolvendo tais intervenções já veem de longa data, desde o projeto para a Casa Paroquial, assunto discutido no Conselho, que, na ocasião, apresentou os parâmetros para a sua construção, bem como aprovou o respectivo projeto. O Presidente ressaltou, que, entretanto, tais parâmetros foram desrespeitados, tendo sido executados vários acréscimos irregulares na Casa, o que vem ocorrendo desde a década de 80 também em todo o entorno da Igreja. O Presidente informou que o assunto acabou chegando ao Ministério Público, principalmente em decorrência de recente corte de árvores em área fronteira à Igreja. Relatou, ainda, que antes de tal irregularidade ser cometida, havia conversado com o pároco, que é o responsável por uma série de intervenções executadas à revelia do patrimônio no entorno imediato do bem tombado em tela, ocasião em que o mesmo se mostrara bastante equivocado com relação à ocupação da área. Sobre as tais intervenções, citou a construção de vários quiosques, a alteração dos muros que cercam a Igreja, além da total modificação de sua área fronteira, que de terreno em declive e gramado foi transformado em um platô, com uma pavimentação em cerâmica decorada com desenho de pedra e grama, o que criou um falso adro. Em seguida, após deliberação pelo colegiado de retomada do assunto em pauta na sessão seguinte, foram

Paulo Vidal Leite Ribeiro
Paulo Vidal Leite Ribeiro
Paulo Vidal Leite Ribeiro
Paulo Vidal Leite Ribeiro



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

interrompidos os trabalhos, tendo o Presidente dado por encerrada a sessão, às dezesseis horas, e marcado a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Paulo E. Vidal

Claudio Valério Teixeira

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Dora Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1241ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Regularização de intervenções e acréscimo de área construída no entorno da Igreja de São Sebastião de Itaipu, Niterói, RJ.** Conforme deliberado pelo Colegiado na sessão anterior, o Presidente Paulo Vidal deu continuidade à apresentação do assunto em pauta, informando que, com a entrada do Ministério Público, o assunto saiu da alçada do pároco da Igreja, passando para a Cúria, o que, segundo seu entendimento, traz uma nova perspectiva com relação à solução dos problemas relatados. Em seguida, informou sobre reunião com o citado Ministério, na qual o Inepac deixara claro que não seriam aceitas as obras irregulares executadas na Casa Paroquial, tampouco o conjunto de intervenções realizadas sem consulta ao Instituto no entorno da Igreja, a ser demolido. Informou, ainda o Presidente, que, na mesma ocasião, ficara definido que não seria aprovada a proposta de construção de um estacionamento no terreno da Igreja. Em seguida, referindo-se à proposta ora em análise, informou que a mesma é o resultado da reunião referida, na qual os responsáveis pelos projetos se comprometeram em elaborar uma nova proposta com o levantamento da configuração das áreas acrescidas, a proposição de demolição dos acréscimos irregulares executados no entorno da Igreja, e retorno do seu adro à configuração anterior, além de desenvolver uma proposta para a regularização da Casa Paroquial. O Presidente informou que da presente proposta consta, ainda, um programa do que é considerado necessário à manutenção da Igreja e de seu atendimento à comunidade paroquial. O Presidente ressaltou, em seguida, que na mesma ocasião os proponentes foram informados de que o assunto seria trazido ao exame do Conselho, e que nenhuma nova intervenção seria aprovada sem a posição final do Colegiado sobre a atual proposição. Foram informados, ainda, de que não seria admitida qualquer nova intervenção antes da demolição das obras irregulares já executadas. O Presidente informou, em seguida, que a exposição e análise da matéria em pauta, bem como as condições para a aprovação de novas intervenções no local, conforme acima relatado, consta de parecer da arquiteta do DPCN/Inepac Maria Cristina Monteiro. Sobre a proposta em pauta, a Conselheira Olga Campista declarou entender que ao invés de se analisar mais um pedido de execução de novas obras, seria o caso de o Inepac estudar os parâmetros de ocupação de toda a área, determinando o perímetro em que será possível construir, e apresentar ao requerente. Tal proposta acatada pelos presentes. Em seguida, referindo-se ao desmatamento da área fronteira à Igreja, o Conselheiro Mozart Vitor Serra propôs que seja contatado o INEA para tratar da recomposição da vegetação removida do local, com o que declarou concordar a Conselheira Silvia

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Finguerut, no que foi acompanhada pelos demais Conselheiros. Ao final dos debates, o colegiado deliberou pelo retorno do assunto ao Inepac, para elaboração de *Estudo Técnico* com a definição dos parâmetros de ocupação da área de entorno da Igreja, e apresentação ao requerente. Deliberou, ainda, que caso se faça necessário, o assunto poderá ser submetido à nova análise do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 10 de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Paulo E. V. Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

D. Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

M. Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1242ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima segunda Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto de Restauração e Modificação de Uso do antigo Colégio Wakigawa, localizado à Rua Gago Coutinho, nº 25, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal deu início à abordagem do assunto em pauta informando tratar-se de Consulta Prévia encaminhada ao Inepac com vistas à adequação da construção em tela ao uso como *hostel*. Em seguida, referindo-se ao estado de conservação em que se encontra o imóvel, ressaltou que o mesmo sofrera severa descaracterização interna ainda como instituição de ensino, e que, em 2011, depois de longo período de abandono, foi alvo de obras irregulares executadas por outro proponente, sem consulta ao Inepac, e em desacordo com projeto aprovado pelo Instituto. Ressaltou, ainda, o Presidente, que o somatório de tais intervenções, mais a ação do tempo, resultaram na quase completa descaracterização do imóvel, que atualmente pouco guarda de suas características originais. Sobre as citadas obras irregulares, a Conselheira Regina Mattos informou que estas foram objeto de denúncia ao Inepac, que, na ocasião, constatou terem sido demolidas várias paredes internas, o que destruiu, de forma irreversível, a configuração original do casarão. O Presidente informou, em seguida, que a proposta ora em exame foi analisada pelo arquiteto Alberto Taveira, do DPCN/Inepac, que a julgou bastante satisfatória e adequada à aprovação. Em seguida, após a apresentação pelo Presidente das plantas da intervenção pretendida, e exame das mesmas pelo Colegiado, a Conselheira Silvia Finguerut criticou o fato de estarem previstas várias escadas, algumas, a seu ver, equivocadas, e nenhum elevador para a edificação. A Conselheira argumentou, em seguida, que embora não seja o caso do Conselho interferir em arquitetura, é inadmissível a apresentação, nos dias de hoje, de um projeto que não leve em consideração a acessibilidade. Em seguida, após observações relativas a dois aspectos do projeto que, segundo os presentes, merecem ser reavaliados pelo requerente, quais sejam: o uso de espaços do prédio tombado (com a instalação de banheiros) e a ocupação do terreno (com a construção de dois anexos à edificação histórica) deliberou-se pela distribuição da proposta ao Conselheiro Mozart Vitor Serra, para a elaboração de Relatório e apresentação ao colegiado durante a próxima Sessão do Conselho. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 17 de março de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

fr

NA

SA

P.

En

UA



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1243ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima terceira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Proposta Conceitual e Metodológica para a continuidade das ações de valorização do Sítio Histórico de São João Marcos, atual Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, no Município de Rio Claro.** Dando início à apresentação do assunto em pauta, o Presidente Paulo Vidal informou que, desde a sua inauguração, em 2011, tem-se pensado nas etapas seguintes de ações que possam dar continuidade à valorização do Parque em tela, uma vez que o trabalho de arqueologia, embora tenha revelado alguns traçados de ruas, ainda encontra-se inconcluso. Informou, em seguida, que o *Instituto Cultural Cidade Viva – ICCV*, para prosseguimento da administração do Parque, deu entrada com projeto no ICMS, razão pela qual procurou o Inepac com o propósito de melhorar o seu entendimento do que era todo o sítio histórico em tela, tendo apresentado a proposta em exame, que define como ação central uma intervenção na praça principal da cidade. Sobre a mesma, informou que esta objetiva ajudar o público leigo a visualizar, por meio do reforço dos marcos verticais do sítio histórico, a configuração espacial original deste logradouro da cidade. Ressaltou, em seguida, que a proposta em exame foi desenvolvida em diálogo permanente com o setor técnico do Inepac, e que está sendo trazida ao Conselho nesta data para conhecimento do início da intervenção no local, discussão e aprovação do seu conceito norteador, e decisão sobre a continuidade dos trabalhos. Em seguida, informou que o início dos trabalhos consistiu na retirada do entulho que se encontrava sobre os pisos originais das ruínas da Casa do Capitão-Mór, a edificação mais emblemática da cidade, local onde já havia sido revelado um conjunto significativo de elementos de cantaria, bem como na remoção do acúmulo de terra localizada na parte frontal da Igreja. Ainda segundo o Presidente, a proposta consiste em realizar a "anastilose parcial" destas ruínas, dada o significativo volume de peças de cantaria encontradas. Ainda segundo o Presidente, seriam usadas as pedras locais, com uma argamassa contemporânea. Quanto à praça propriamente dita, declarou que o objetivo é revelar o seu traçado original, com seus canteiros e calçamento, e reintroduzir réplicas de seus elementos simbólicos, busto e cruzeiro, uma vez que as peças originais foram deslocadas para outros municípios, não havendo a possibilidade de retorno das mesmas ao seu local de origem. Informou, ainda, o Presidente, que os Relatórios da intervenção, bem como as ações de campo em curso, têm sido orientados pela *Resgate Consultoria em Restauro*, empresa conceituada na área de restauro de sítios históricos e consolidação de ruínas e sítios arqueológicos, que tem realizado um trabalho meticuloso, por meio do qual tem

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

buscado "revelar" essas ruínas sem, contudo, recorrer ao emprego de elementos *fake*. Sobre a execução das citadas réplicas, em especial o cruzeiro, a Conselheira Silvia Finguerut declarou que, em se tratando de um sítio histórico, tal proposta não é coerente. Segundo a Conselheira, deveria buscar-se, por meio de uma negociação, o retorno do original, e, verificada a impossibilidade de tal retorno, executar-se peça contemporânea para o local. A proposta foi acatada pelo Conselheiro Mozart Vitor Serra, que foi acompanhado por todos os presentes. A Conselheira Regina Mattos, após ressaltar a importância de todo o trabalho que vem sendo realizado, propôs uma visita ao local, o que foi igualmente acatado pelos demais Conselheiros. Ao final dos debates sobre a matéria, o colegiado deliberou aprovar os procedimentos metodológicos e conceituais de "anastilose parcial" das ruínas da Casa do Capitão Mór e da Igreja. Quanto à configuração da principal praça da cidade, com a revelação de seu traçado original por meio da execução de calçamento/canteiros, bem como da reintrodução de seus elementos simbólicos – cruzeiro e busto – deliberou que, em caso de impossibilidade de retorno das respectivas peças originais, ao invés da execução de réplicas, conforme consta da proposta em tela, seja buscada uma solução com elementos contemporâneos para o local.

2. Parecer do Escritório Técnico Regional INEPAC/Médio Paraíba relativo à Consulta Prévia/17-02-2014, pela qual é solicitada a aprovação de projeto para a construção de prédio residencial a ser edificado nos fundos do terreno do imóvel tutelado situado à Praça XV de Novembro, nº 638, no Centro Histórico do Município de Valença.

Dando início à apresentação do assunto em pauta, o Presidente Paulo Vidal informou tratar-se de solicitação de aprovação de construção de uma edícula nos fundos de um imóvel tutelado, e cuja altura, 10,00m (dez metros) ultrapassa o limite máximo estabelecido pelo tombamento provisório para a preservação da ambiência do local, que é de 5.50 (cinco metros e meio), incluídos todos os elementos construtivos. Ressaltou, em seguida, que a construção proposta ficaria a 40:00m (quarenta metros) da fachada do imóvel tutelado, e que existe um afastamento desta com relação à praça, o que, segundo o parecer do Escritório Técnico local, torna possível a aprovação da presente solicitação, uma vez que esta não interferiria negativamente no entorno do bem tutelado em questão. Em seguida, o Presidente informou que se encontram em curso os estudos para o Tombamento Definitivo dos bens protegidos em Valença, razão pela qual tem sido pensado pelo Inepac e técnicos do respectivo *Escritório Regional* a adequação dos atuais parâmetros à realidade local. O Presidente ressaltou, em seguida, que os 5.50m (cinco metros e meio) equivalem a uma edificação de apenas um pavimento, e que a maioria das edificações históricas atualmente protegidas pelo tombamento provisório têm, em média, três pavimentos. Declarou, ainda, que outro fator a ser levado em consideração é justamente a configuração dos lotes, que são muito profundos, o que permitiria, mediante análise de caso a caso, a edificação de imóveis um pouco mais altos em fundos de terreno, uma vez que estes não comprometeriam a paisagem. Ressaltou, ainda, que são várias as demandas iguais a esta na cidade, razão pela qual se torna fundamental, o quanto antes, a conclusão da proposta para o Tombamento Definitivo, e, portanto, a revisão dos parâmetros ora em vigor, e, por fim, o estabelecimento dos parâmetros para as novas construções a serem edificadas no centro histórico da cidade. Em seguida à apresentação da matéria pelo Presidente, o colegiado deliberou aprovar o

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Parecer em tela, de autoria dos técnicos Adriano Novaes e Sônia Rachid, por meio do qual é julgada pertinente a solicitação do requerente. O colegiado ressaltou que, entretanto, não poderão ser aprovadas novas construções cuja altura esteja acima dos parâmetros estabelecidos para a preservação da ambiência dos imóveis protegidos pelo Tombamento Provisório ora em vigor. Deliberou, ainda, que o caso em questão deverá estar contemplado nos novos parâmetros a serem firmados quando da conclusão dos estudos e publicação do Tombamento Definitivo dos Bens protegidos em Valença. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 31 de março, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 17 de março de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1244ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima quarta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto de Restauração e Modificação de Uso do antigo Colégio Wakigawa, localizado à Rua Gago Coutinho, nº 25, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ. (Leitura de Relatório pelo Conselheiro Mozart Vitor Serra).** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra ao Conselheiro Mozart Vitor Serra, que leu Relatório de sua autoria sobre a matéria em pauta. Com o término da leitura, o Colegiado, após julgar que o documento reflete as discussões do CET sobre o projeto em exame, deliberou aprovar o Relatório em questão. Deliberou, ainda, que pelo exposto no documento, faz-se necessário que o Inepac oriente os autores do Projeto em pauta, para que os mesmos encontrem soluções projetuais compatíveis com as recomendações do Conselho. **2. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação pelo Colegiado, foram assinadas as Atas da 1234ª, 1235ª, 1238ª e 1239ª Sessões Plenárias. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2014.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1245ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima quinta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto de Reforma, Adequação e Restauração do Palacete Linneu de Paula Machado, localizado à Rua São Clemente, nº 213, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal deu início à apresentação do assunto em pauta informando tratar-se do Projeto *Casa FIRJAN da Indústria Criativa*, a ser implantado no Palacete tombado, e que prevê para este centro de atividades culturais, salas de reuniões, áreas para exposições, um Café, além do Gabinete do Presidente da Instituição. Quanto às alterações propostas para imóvel constantes do projeto em exame, informou que estas foram examinadas pelo arquiteto Roberto Anderson de M. Magalhães, do DPCN/Inepac. Informou, em seguida, que estão previstas para o pavimento térreo da edificação a implantação de duas escadas na sua fachada posterior, sendo que a de maior porte é destinada a criar o acesso ao futuro salão que abrigará um auditório/sala de exposições, e, segundo análise do técnico referido, não trará prejuízos ao Palacete tombado. Já a escada prevista para a fachada lateral do imóvel, esta substituirá escada de serviço existente e comportará uma plataforma de acessibilidade. Sobre a mesma, informou que dará acesso ao Café, a ser implantado no prédio principal, e, para sua execução está prevista a retirada de pequeno painel de azulejos localizado no guarda-corpo de alvenaria daquela escada de serviço. O Presidente informou, em seguida, que tal intervenção, segundo o mesmo técnico, não é a opção ideal, considerando-se a integridade do bem tombado. Informou, ainda, o Presidente, que outra mudança proposta é a alteração de escada localizada do lado direito da edificação, em corpo construído posteriormente, e que, por não possuir qualquer valor que justifique sua preservação, tal alteração poderá ser aprovada. Por fim, o Presidente mostrou aos presentes proposta de alteração no antigo quarto do casal, com a retirada de *closet* existente com vistas à instalação de uma sala de reuniões, intervenção julgada não aceitável pelos presentes. Em seguida, após o exame do conjunto de plantas das intervenções propostas, o Colegiado deliberou positivamente quanto ao prosseguimento do projeto do empreendimento em tela, tendo ressaltado, entretanto, que o requerente deverá ser informado das seguintes ressalvas: 1. que as intervenções da escada da sala de exposições/auditório não são passíveis de aprovação; 2. que atual escada da cozinha deverá ser reprojeta, podendo ser ampliada, desde que seja mantida sua configuração original (deslocamento do guarda-corpo); 3. que o quarto original do casal não poderá ser alterado, devendo ser utilizado como espaço de memória da família Guinle, pioneira do empresariado brasileiro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

dia 28 de abril, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

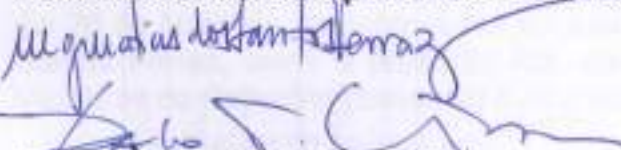
Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

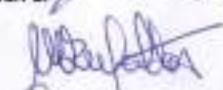
Ata da 1246ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

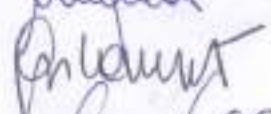
Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Olga Maria Esteves Campista e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Novo Estudo para o Complexo Maracanã, a ser implantado no entorno do Museu do Índio (Bem Tombado Estadual - Processo E-18/001.128/2013) situado à Rua Mata Machado, nº 126, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal apresentou ao Colegiado o parecer técnico sobre o Estudo em pauta, de autoria do arquiteto André Farias Cavaco, do DPCN/Inepac. Pelo documento, após a análise do impacto da intervenção pretendida com relação ao prédio histórico, é avaliado que a edificação proposta para abrigar o museu temático denominado *Museu Maracanã* não interfere negativamente na ambiência do imóvel tombado. Ao final dos debates sobre a matéria, o Colegiado deliberou, por unanimidade, nada ter a opor ao desenvolvimento do Estudo apresentado, devendo o Projeto Arquitetônico do *Museu do Maracanã* ser encaminhado para aprovação final. O Colegiado destacou, ainda, que a edificação tombada deverá ser restaurada concomitantemente com a execução do Museu, devendo ser encaminhado o respectivo Projeto de Restauração para avaliação do Conselho. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 2014.

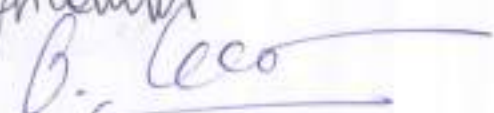

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira 

Dora Monteiro e Silva de Alcântara 

Maria Regina Pontin de Mattos 

Olga Maria Esteves Campista 

Victorino Chermont de Miranda 



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1247ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Olga Maria Esteves Campista e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto para a reedificação da Escola de Música Villa Lobos, situada na área de ambiência do Antigo Pavilhão de Máquinas da Exposição Nacional de 1908, atual Pavilhão de Espetáculos da UNIRIO, localizado à Avenida Pasteur, 436, fundos, Urca, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal leu para o Colegiado o parecer técnico sobre a matéria, de autoria do arquiteto Roberto Anderson de Miranda Magalhães, do DPCN/Inepac, pelo qual é sugerida a aceitação do projeto na forma proposta, bem como apresentadas recomendações de alterações a serem incorporadas ao mesmo. Ao final dos debates, o Colegiado aprovou, por unanimidade, o parecer referido. Foi ressaltado, entretanto, que quanto à alteração das varandas, conforme recomendação constante do mesmo parecer, fica a critério do Inepac a manutenção, ou não, desta restrição ao projeto. Deliberou, ainda, que seja solicitada ao requerente a apresentação de um Plano Geral para o Campus, no qual estejam estabelecidas as diretrizes para a compatibilização do conjunto de edificações com a área de entorno do bem tombado em questão. Deliberou, por fim, pela solicitação de um Projeto de Paisagismo para o Espaço Mário de Andrade, bem como de um Projeto de Restauração do Antigo Pavilhão tombado em tela, para o acompanhamento das intervenções pelo Inepac. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 26 de Maio, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Maria Regina Pontin de Mattos

Olga Maria Esteves Campista

Olga Maria Esteves Campista



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Victorino Chermont de Miranda

CO PÙBLICO ESTATUAL



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1248ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermon de Miranda. Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra à Conselheira Regina Mattos que informou sobre a **conclusão das obras de restauro da sede da Sociedade Brasileira de Belas Artes/SBBA, antigo Solar do Marquês do Lavradio**, bem como de trinta e duas obras de arte da instituição. A Conselheira informou que o todo o trabalho envolvendo a instituição durou em torno de 12 anos, lembrando aos presentes, em seguida, que o restauro integral do imóvel em questão resultou de assinatura de um *Termo de Ajuste de Conduta* assinado entre o Inepac e a empresa *WTorre*, em contrapartida à aprovação do projeto para a construção das torres da Petrobras, do qual consta, ainda, a restauração da fachada e telhado do prédio do antigo DOPS. Em seguida, informou que como do tombamento do prédio faz parte também seu acervo de obras de arte, por ocasião do término da obra de restauro da edificação e recolocação deste acervo no local, o mesmo foi inventariado pelo Inepac, e selecionadas, pelo Conselheiro Claudio Valério Teixeira, as peças que farão parte de futura exposição no local, para a qual será oportunamente convidado o Conselho. Em seguida, referindo à gestão da Instituição, o Presidente Paulo Vidal informou que é atualmente administrada por um grupo de senhoras sem qualquer conhecimento administrativo, e que, por esta razão, a próxima etapa de trabalho a ser desenvolvido pelo Inepac será a busca de meios para a qualificação desta administração, por meio da substituição paulatina dos membros que compõem o seu atual Conselho. Ainda segundo o Presidente Paulo Vidal, desta futura etapa dos trabalhos constará, igualmente, a busca de recursos para a restauração do acervo de obras de arte da Instituição. A Conselheira Olga Campista, referindo-se à impossibilidade de diálogo com as atuais representantes da Sociedade, lembrou que com uma associação sediada na Biblioteca de Niterói ocorreu o mesmo, ocasião em que se concluiu que não havia condição de exigir-se desse tipo de grupo qualquer nível de profissionalização, já que isso é algo que eles, de fato, não têm condição de oferecer. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que, por ocasião da assinatura do referido Termo, perdeu-se a oportunidade de implementação das mudanças necessárias, que, segundo argumentou, poderiam ter constado como condição prévia para o início das obras de restauro do imóvel. Segundo o Conselheiro, tal objetivo ainda poderia ser buscado, por exemplo, via ICMS, caso em que um patrocinador criaria uma situação semelhante. Assim, segundo declarou, seria firmado um acordo, do qual faria parte o Inepac e a atual gestora da Instituição, pelo qual seria nomeado um administrador profissional, cabendo à atual gestão um papel definido, como uma espécie de conselho, até que futuramente se tornasse possível a sua substituição definitiva. Sobre a questão, a

pn
2
f
12/6
138



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Conselheira Olga Campista declarou entender que não cabe ao Estado, pois não é da sua competência, a criação e/ou a gestão de uma Instituição. Segundo a Conselheira, hoje, não existe na SBBA alguém capaz de uma mínima reflexão, diferente do que ocorreu com o Parque Lage, em que havia uma Instituição que pensava sobre arte contemporânea, e, neste caso, coube ao Estado apoiar uma Instituição que já existia de fato. O Conselheiro Mozart Vitor Serra ponderou, por fim, que as questões levantadas demonstram a complexidade do assunto, razão pela qual este deveria ser seriamente discutido, a fim de se desenvolver políticas para a recuperação de centenas de Instituições que se encontram em situação idêntica, e cujo acervo conta a história não apenas do Rio de Janeiro, mas, do Brasil. Sobre a questão, a Conselheira Olga Campista declarou concordar inteiramente com o Conselheiro. Em seguida, o Presidente Paulo Vidal informou sobre a **posse do Conselho de Capoeira do Estado**, ocorrido no sábado próximo passado, em cerimônia no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Informou, em seguida, que tal fato é fruto de trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Inepac em conjunto com o IPHAN, tendo o Inepac, inclusive, transformado a sua antiga Divisão de Folclore em Departamento de Patrimônio Imaterial. Informou, ainda, sobre a existência de uma legislação relativa a este patrimônio, de julho de 2013, que, segundo declarou, está relativamente adequada, uma vez que ali está colocado um suposto Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, mas, que, na verdade, este não existe, já que a instância consultiva na matéria é o Conselho Estadual de Tombamento. Em seguida, declarou que, em função da crescente demanda relativa ao patrimônio imaterial, dará prosseguimento à regulamentação e operacionalização da legislação sobre a matéria, indagando ao Colegiado, em seguida, se é entendido que o CET realmente constitui, ou não, tal instância consultiva. Sobre o assunto, a Conselheira Silvia Finguerut declarou entender que não seria o caso para a criação de outro conselho, opinando, em seguida, que como a composição do CET está atualmente incompleta, poderiam ser nomeados para as duas vagas restantes membros com conhecimento na área. Em seguida, o Presidente informou sobre a confirmação do **Lançamento do Mapa de Cultura do Estado**, no próximo dia 16, às 9:30h, no Salão Nobre do Palácio Guanabara. Sobre o Mapa, informou que a atual versão é bilíngüe, e que estão sendo desenvolvidos aplicativos, igualmente bilíngües, para smartphones, além de versão impressa de sugestões de roteiros de quatrocentas atrações do Estado. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 09 de Junho de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro
Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara
Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos
Maria Regina Pontin de Mattos



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1249ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

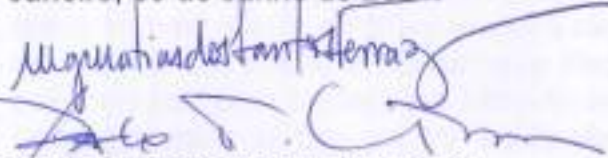
Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quadragésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. A seguir, na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta. **1. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação pelo Colegiado, foram assinadas as Atas da 1230ª, 1231ª, 1240ª, 1241ª, 1242ª, 1243ª, 1244ª e 1245ª Sessões Plenárias. **2. Estudo para Tombamento Provisório do Engenho Boa Vista/Antiga Residência da Mãe do Escritor Thomas Mann, localizado na Gleba II da localidade de Boa Vista, no Município de Paraty/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal informou o Colegiado sobre o inventário em andamento no Inepac com vistas ao Tombamento Provisório do Antigo Engenho Boa Vista, em Paraty, onde residiu, até os sete anos de idade, Julia da Silva Bruhns, mãe do escritor Thomas Mann. Em seguida, o Presidente ressaltou que, além do fato de ter aí residido a mãe do grande escritor, cujo relato de infância no local consta de sua autobiografia, levou-se em consideração para a proposição do tombamento do bem em questão as características arquitetônicas deste engenho remanescente, cuja localização à beira d'água constitui uma tipologia que quase não se encontra mais. Ainda segundo o Presidente, foi considerada, ainda, a relevância histórica do imóvel em questão, uma vez que, como nos demais engenhos da região, ali era produzida em barris de carvalho a cachaça "Quero Essa", de grande tradição local. Em seguida, falando aos presentes sobre a delimitação proposta para o tombamento, informou que esta abrangerá da cumiada do morro situado atrás do engenho, indo até a água, com o objetivo de evitar-se a futura construção de *piers* com muitas embarcações à frente da praia, como já ocorre no local. Perguntado sobre a atual propriedade do imóvel, o Presidente declarou que até o momento são um tanto incertas as informações sobre o assunto, creditando-se a mesma à Amyr Klink, o que poderá ser esclarecido de forma definitiva oportunamente, razão que, declarou em seguida, não constitui impedimento à consulta que está sendo feita ao Conselho nesta data. Em seguida, o Presidente ressaltou que, embora não esteja prevista na Legislação de Tombamento atualmente em vigor a obrigatoriedade de uma consulta prévia ao Conselho por ocasião do Tombamento Provisório de um bem, o que, ressaltou, está previsto quando da proposição de seu Tombamento Definitivo, tampouco consta da respectiva legislação estadual qualquer impedimento a que o Conselho seja informado ou mesmo consultado sobre tal matéria. Sobre o Tombamento Provisório ora em pauta, a Conselheira Silvia Finguerut declarou que, segundo seu entendimento, não seria o caso de tombamento do imóvel em questão. A Conselheira ponderou que, uma vez que Paraty é tombada pelo IPHAN, sendo tombadas isoladamente apenas as igrejas ali localizadas, e que já estão protegidas pelo Inepac as áreas verdes deste

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

município, o tombamento em questão não seria relevante. Ainda segundo a Conselheira, no que foi acompanhada pelos Conselheiros Mozart Vitor Serra e Olga Campista, não existiria uma justificativa para tal tombamento, mesmo levando-se em consideração tratar-se de um engenho com as características acima destacadas. A Conselheira argumentou, em seguida, que tal tombamento acabará trazendo para o Inepac uma reponsabilidade sobre um bem que se encontra bastante deteriorado, e que já possui uma proteção federal. A Conselheira Olga Campista declarou concordar inteiramente com a Conselheira Silvia Finguerut, opinando, em seguida, que qualquer iniciativa para a preservação deste patrimônio, que é o objetivo maior do Presidente Paulo Vidal ao propor o seu tombamento pelo Inepac, poderá ser conseguida por meio do tombamento federal existente. Sobre o assunto, a Conselheira Regina Mattos mencionou o interesse da Secretária de Cultura no tombamento do imóvel, conforme constante da inicial da proposta em debate. A Conselheira Olga Campista declarou que, neste caso, as questões ora levantadas poderiam ser levadas ao conhecimento da Secretária. Por fim, a Conselheira Silvia Finguerut declarou que o tombamento em tela, pelas razões expostas, reverterá em cobranças futuras para a própria Secretaria de Cultura e Inepac, com o que declararam concordar os Conselheiros Victorino Chermont de Miranda e Mozart Vitor Serra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 14 de julho, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 09 de Junho de 2014.


Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1250ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Letícia von Krüger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Projeto de Restauração e Modificação de Uso do antigo Colégio Wakigawa/2ª versão, imóvel localizado à Rua Gago Coutinho, nº 25, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal leu para o Colegiado o parecer do DPCN/Inepac sobre a 2ª versão do projeto em pauta. Em seguida, após entendimento de que a atual versão do Projeto incorpora as modificações sugeridas pelo Conselho no que se refere às intervenções propostas para o imóvel tombado, o Colegiado deliberou, por unanimidade, não se opor ao desenvolvimento do mesmo. Deliberou, ainda, sugerir que, com relação ao novo prédio anexo seja adotada para a sua fachada uma solução mais neutra, visando uma melhor adequação desta à edificação histórica. **2. Procedimentos adotados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ com vistas à conclusão da restauração e recolocação do painel de azulejos de autoria de Maria Helena Vieira da Silva em seu local de origem.** Dando início à apresentação do assunto em pauta, a Conselheira Regina Mattos lembrou aos presentes ter sido encaminhado pelo Inepac, em julho do ano passado, ofício à Universidade pelo qual foi questionado o fato de ter saído verba destinada à conclusão do restauro e recolocação do painel no seu local de origem, sem que tais intervenções tenham sido executadas. Em seguida, informou sobre visita ao local que fez acompanhada da Conselheira Dora Alcântara e da professora Graça Ferreira, especialista em restauro de azulejos, em 08 de maio p.p, esta que resultou no encaminhamento de ofício ao Inepac, por meio do qual a atual Reitora presta esclarecimentos sobre os procedimentos adotados pela Universidade neste sentido. Em seguida, a Conselheira Regina Mattos leu para o Colegiado o documento referido, que informa sobre a realização de processo licitatório com vistas à contratação de empresa para a realização dos trabalhos citados, bem como sobre o fracasso deste processo, em razão da única empresa inscrita ter sido inabilitada por não apresentar toda a documentação necessária. Pelo mesmo documento é esclarecido, ainda, que dando continuidade aos procedimentos para a realização de novo processo com o mesmo objetivo, esbarrou-se na dificuldade para a atualização de planilha de preços, tendo em vista se tratar de serviço de restauro de obra de arte. Por fim, pelo documento é solicitado ao Conselho orientação técnica, bem como sugestão de empresas com *expertise* no restauro de azulejos para a realização dos trabalhos em questão. Em seguida, a Conselheira lembrou aos presentes que, de um total de oito painéis que compõem a obra de arte em questão, são três os que foram retirados para exposição no MAM/São Paulo, e que já foram colocados em suporte do tipo *honey comb*, e que

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

atualmente se encontram encaixotados, aguardando serem refixados no local de origem. Informou, ainda, a Conselheira, que também deverá ser restaurado o painel central, com a produção de novas peças de azulejos, uma vez que este teve sua configuração original alterada, e, por fim, ser efetuada a reintegração das peças ao seu local de origem, a Sala de Estudos dos Alojamentos da Universidade. Em seguida, a Conselheira Dora Alcântara lamentou o fato dos processos licitatórios exigirem uma extensa documentação, quando as empresas que fazem este tipo de trabalho, que é altamente especializado, são, muitas vezes, pequenas firmas, razão pela qual acabam por não conseguir preencher todos os requisitos exigidos. Ainda segundo a Conselheira, tal situação é lamentável, uma vez que importantes trabalhos deixam de ser realizados. A Conselheira citou como exemplo ocasião em que a 6ª SR/IPHAN lhe propôs a reprodução de seu acervo de 800 slides antigos, alguns necessitando de tratamento, e cuja cópia comporia o arquivo da Instituição, o que não foi possível em razão do problema acima relatado. A Conselheira Leticia von Krüger Pimentel, referindo-se a uma possível solução para o caso em pauta, informou que o IPHAN, por meio do *Escritório Técnico da Região dos Lagos*, está executando a digitalização de todo o acervo da região mediante assinatura de Termo de Cooperação/Convênios. A Conselheira Silvia Finguerut concordou com a Conselheira, opinando, em seguida, que a Universidade poderia assinar um convênio com uma Instituição sem fins lucrativos, à qual caberia a contratação dos profissionais de restauração. O Conselheiro Mozart Vitor Serra, após indagar que papel caberia ao Conselho nesta questão, ponderou que, segundo seu entendimento, a saída para o caso seria o CET manifestar-se no sentido de que poderia ser contratado profissional com notório saber para a execução dos trabalhos em tela. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou concordar com o Conselheiro, propondo, em seguida, que o Conselho apresentasse documento declarando em que constituiria este notório saber, caso em que poderia ser habilitado profissional especialista na matéria, prescindindo-se, desta forma, das exigências que têm inviabilizado trabalhos como o ora em exame. Ainda segundo o Conselheiro, deste documento, que seria submetido ao Procurador da Universidade, constaria, ainda, a indicação de profissionais devidamente capacitados em restauro artístico. Ao final dos debates, acatando as proposições dos citados Conselheiros, o Colegiado deliberou que as Conselheiras Dora Alcântara e Regina Mattos elaborarão minuta do documento referido, este que será encaminhado à Conselheira Silvia Finguerut, que se dispôs a examiná-lo do ponto de vista institucional. Foi deliberado, ainda, que uma vez concluído, o documento em tela será apresentado ao Colegiado, para deliberação final e posterior encaminhamento a requerente. No encerramento dos trabalhos, o Conselheiro Claudio Valério Teixeira falou ao Colegiado sobre a retirada, pelo Governo do Estado, dos painéis da Sala Cecília Meirelles, de autoria de Enrico Bianco, o que classificou de erro, e que, segundo seu entendimento, resultará no não retorno da obra ao seu local de origem. Sobre a questão, o Presidente Paulo Vidal declarou que durante reunião sobre as obras em curso no imóvel, no dia seguinte, abordaria o assunto. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e

144



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 14 de Julho de 2014.

Miguel Ângelo da Silva
Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Letícia von Krüger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

b. lea



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1251ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Leticia von Krüger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Estudo Preliminar do Projeto Básico de Arquitetura do Pavilhão Paulo Freire, no interior do Campus do Instituto de Educação do Rio de Janeiro/ISERJ, imóvel localizado à Rua Mariz e Barros, nº 273, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra à Conselheira Regina Mattos, que deu início à apresentação do assunto em pauta. Com a palavra, a Conselheira informou que, em 2008, a pedido do Inepac, foi elaborado um *Plano Diretor* para o local, desenvolvido pelo IBAM, no qual foram definidas as diretrizes de ocupação da área, tendo sido o mesmo submetido ao Conselho e aprovado. Em seguida, mostrando aos presentes o citado *Plano*, bem como o *Estudo* em exame, informou que deste último consta a proposta de nova edificação para o *Campus*, destinada a absorver os setores de Educação Especial, Biblioteca e Laboratórios, além da parte de cozinha. Segundo a Conselheira, no mesmo prédio funcionaria o *Colégio de Aplicação* e o *Ensino Superior* do Instituto. A Conselheira informou, ainda, que, em 2011, foi desenvolvido um primeiro projeto para esta nova edificação, de autoria do arquiteto Mauricio Prochnik, ressaltando, em seguida, que tal anexo já estava previsto no *Plano* referido, mas que este não foi adiante. Informou, em seguida, que, por fim, o ISERJ passou o *Programa* da Instituição para o Grupo Casé, autor do *Projeto Básico* em questão, o mesmo acatado pelo Instituto, e que se encontra em fase de desenvolvimento por outro escritório de arquitetura. Referindo-se ao fato de ter sido feito um *Plano Diretor* para o local, em atendimento a uma solicitação do Inepac, e que obteve a aprovação do Conselho, o Conselheiro Mozart Vitor Serra ressaltou a importância de todo o processo, que, segundo declarou, ocorreu da maneira desejável, o que nem sempre é possível, mesmo em casos nos quais são empreendidos grandes esforços para tal resultado. Em seguida, indagada pelo Colegiado sobre a volumetria proposta para este novo anexo, a Conselheira Regina Mattos informou que é de, aproximadamente, vinte e cinco metros, incluídos todos os elementos construtivos, e que o *Plano Diretor* estabelece em vinte e um metros a altura máxima para as novas construções no local. Em seguida, após indagação da Conselheira Silvia Finguerut sobre o grau de interferência desta volumetria com relação à ambiência do imóvel tombado, o Presidente Paulo Vidal declarou entender que são duas as questões fundamentais da proposta a serem discutidas pelo Conselho nesta data. Opinou, em seguida, que a volumetria da nova edificação, por não representar impacto considerável naquela ambiência, não constitui o problema maior a ser discutido. Ainda segundo o Presidente, levando-se em consideração o depoimento do Conselheiro Mozart Vitor

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with dates like '20' and '14/6'.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Serra, a questão primordial a ser avaliada pelo Conselho é a flexibilização do *Plano Diretor* elaborado para o local. Sobre o segundo ponto, o Presidente declarou que o requerente alega não ser possível abrigar o refeitório no pavimento térreo da edificação, sendo apresentado como justificativa o grande número de atendimentos para refeições, razão pela qual é proposta a ocupação de área posterior, arborizada, esta que, no respectivo *Plano Diretor* está definida como área livre de edificações, a ser tratada como praça. Ainda segundo o Presidente, neste caso é alegado que a vegetação será mantida, sendo construída para tanto uma espécie de caixa envidraçada com saída para a copa das árvores, o que, segundo declarou, são soluções arquitetônicas que não raro apresentam problemas futuros. Em seguida, a Conselheira Regina Mattos, após concordar com o Presidente neste ponto, declarou que, de fato, o Programa da Instituição é inquestionavelmente bastante extenso e importante, e que sua atual Diretora tem acompanhado as discussões da proposta em tela com seriedade e interesse, mostrando-se sempre aberta ao diálogo. O Presidente Paulo Vidal declarou, por fim, que a questão a ser ponderada pelo Conselho deverá ser relativa à permissão, ou não, da alteração dos parâmetros de altura estabelecidos no *Plano Diretor*, e se tal pedido de flexibilização vem acompanhado de justificativa suficiente para que o Colegiado conceda sua aprovação. A Conselheira Letícia von Krüger Pimentel, após chamar a atenção para o fato da fachada proposta para a nova edificação não estabelecer qualquer diálogo com a edificação histórica, declarou que caberia ao Conselho recomendar ao requerente que seja buscada uma maior integração da mesma com relação ao imóvel tombado. A Conselheira Dora Alcântara declarou concordar com tal opinião, ressaltando, em seguida, o que chamou de "falta de exercício" por parte da maioria dos arquitetos para que a arquitetura nova se adapte à antiga. Ao final dos debates sobre a matéria, o Colegiado, após o entendimento de que o *Plano Diretor* aprovado para o *Campus* deverá ser o condutor do conjunto de intervenções propostas para o local, deliberou, por unanimidade, que a aprovação do Projeto em tela está condicionada à observância dos critérios de ocupação pelo mesmo estabelecidos. Neste sentido, deliberou que não será aceita qualquer ocupação dos espaços definidos como livres, incluindo-se toda a área verde aos fundos do setor de recreação localizado na parte posterior dos antigos vestiários. Deliberou, ainda, recomendar que sejam empreendidos esforços para a recuperação, para uso do próprio Instituto, do Colégio Estadual Antônio Prado Júnior, bem como das casas da vila localizada no interior do *Campus*. Quanto aos parâmetros de altura estabelecidos para as novas construções no local, após julgar que a alteração proposta é aceitável, e não resulta em impacto negativo ao bem tombado, deliberou que estes poderão ser flexibilizados para abrigar o Programa da Instituição, conforme justificativa apresentada. Quanto à linguagem arquitetônica proposta para a fachada do novo prédio anexo, opinou que deverá ser buscada uma melhor integração desta com relação à edificação histórica. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 28 de julho, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 14 de Julho de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

MF

ER

Di

ELP



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Letícia von Krüger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1252ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima segunda Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Francisco Hue, acompanhado de equipe do Escritório *Francisco Hue Arquitetura*. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação, pelo arquiteto Francisco Hue, do Projeto de Restauro, Arquitetura e Complementares para o Conjunto Arquitetônico do Parque Lage e seus Jardins (incluindo-se o antigo Palacete Henrique Lage/atual Escola de Artes Visuais) localizado à Rua Jardim Botânico, nº 414, no bairro do Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos da Sessão, o Presidente Paulo Vidal deu as boas-vindas ao arquiteto Francisco Hue e equipe, composta por Bruno Amadei e David Morgado, declarando, em seguida, que o projeto em tela, que é prioritário da Secretaria, vem sendo desenvolvido num trabalho conjunto com o Inepac, e, por esta razão, em total acordo com a preservação do parque tombado em questão. Em seguida, passou a palavra à Conselheira Olga Campista, que, inicialmente, informou que a gestão da *Escola de Artes Visuais do Parque Lage* foi transferida para uma OS, o que, segundo declarou, foi uma grande conquista por parte do Governo do Estado, uma vez que, entre outras questões, o espaço foi recuperado como escola pública. Informou, ainda, a Conselheira, que após longo processo de complexa negociação, foi renovada a concessão do espaço junto ao Governo Federal, pois a mesma estava extinta, de modo que a Instituição corria o risco de despejo a qualquer momento, situação esta que foi revertida com a completa regularização do funcionamento da Escola no local. Informou, em seguida, a Conselheira, que numa etapa posterior destes trabalhos da Secretaria de Cultura, em 2013, o projeto em tela foi contratado pela *Associação de Amigos da Escola de Artes Visuais/AMEAV*, por meio de patrocínio junto ao *Itaú Cultural*, através da *Lei Rouanet*. Informou, em seguida, que o projeto foi o vencedor de uma seleção interna da Secretaria e da própria Escola, e que o mesmo prevê a requalificação de todo o Parque (que vai da Rua Jardim Botânico até os limites da Floresta da Tijuca e engloba todo o Campus da Escola de Artes Visuais), a restauração do conjunto de edificações existentes no seu interior, e, ainda, a redefinição dos próprios usos destas edificações, cujos espaços serão pela primeira vez adaptados às suas reais funções. Em seguida, referindo-se à proposta de restauro do Palacete, a Conselheira destacou o trabalho desenvolvido por Márcia Braga, que montou um escritório no local e, durante seis meses, fez um levantamento primoroso desta edificação principal, bem como de todos os anexos do Parque. A Conselheira ressaltou, por fim, que após a aprovação da proposta em pauta pelo Inepac e Conselho, bem como pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, serão buscados os recursos para a realização das obras. Em



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

seguida, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra ao arquiteto Francisco Hue, que informou que o projeto em tela, que vem sendo desenvolvido ao longo do último ano, compreende um conjunto de projetos específicos, como *"Fundações e Estrutura; Luminotécnica; Instalações Hidráulicas e Sanitárias; Instalações Elétricas e Eletrônicas; Instalações de Telefonia e Lógica; Instalações Mecânicas; Instalações de Prevenção e Combate a Incêndios; Instalações de Segurança e Projeto de Interiores e Ambientação"*. Em seguida, o arquiteto ressaltou o fato de nunca ter havido um projeto que tenha pensado o Parque como um todo, sendo esta a diferença da presente proposta com relação às anteriores, voltadas para uma intervenção restrita ao Palacete. Sobre a questão, o arquiteto informou que foi desenvolvido um levantamento topográfico bastante completo, com mapeamento das áreas frágeis, bem como de todos os traçados do Parque, além de detalhado levantamento paisagístico, material que foi sendo apresentado ao Colegiado no decorrer da Sessão. A Conselheira Olga Campista, complementando a declaração do arquiteto, frisou que a grande mudança na abordagem do assunto em pauta, é que hoje existe um *Plano Diretor* que norteia toda a proposta de ocupação do Parque. Em seguida, referindo-se à proposta de restauro do Palacete, o arquiteto Francisco Hue ressaltou o levantamento das edificações feito pela arquiteta Márcia Braga, conforme mencionado pela Conselheira Olga Campista, informando, em seguida, que tal edificação encontra-se em mau estado de conservação e, ainda, que vários dos seus espaços têm funcionado inadequadamente ao longo dos quase cinquenta anos da *Escola de Artes Visuais* no local. Ressaltou, em seguida, o arquiteto, que tal falta de infraestrutura tem comprometido, ainda, a integridade física da edificação tombada, e que toda a elaboração do projeto em pauta tem levado em consideração as limitações inerentes ao restauro e adequação de uma edificação histórica. Em seguida, referindo-se à questão da acessibilidade ao Palacete, que declarou constituir item fundamental da proposta em tela, informou que atualmente os três pavimentos do imóvel se comunicam de forma bastante precária, havendo a necessidade de se promover o acesso a todos os seus andares, devendo ocorrer o mesmo com relação ao acesso ao terraço da edificação. Declarou, em seguida, o arquiteto, que será instalado todo um sistema de ar condicionado, bem como de iluminação e exaustão, este último em razão da liberação de substâncias tóxicas decorrentes das atividades de pintura desenvolvidas no local. Sobre a questão, arquiteto voltou a ressaltar que o Palacete está sendo pensado pela primeira vez como sede da *Escola de Artes Visuais- EAV*, de modo que este espaço único será finalmente adequado ao programa de uma escola de artes. Em seguida, acompanhando a Conselheira Olga Campista, os demais presentes declararam concordar no sentido de que o imóvel em questão só terá a ganhar com a intervenção proposta, que prevê a reutilização dos seus espaços e a setorização de funções específicas. Em seguida, após deliberação do Colegiado de retomada do assunto na sessão seguinte, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

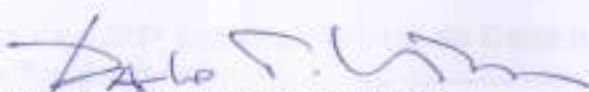
[Assinatura]

[Assinatura]

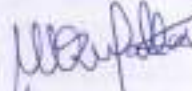
[Assinatura]
[Assinatura]

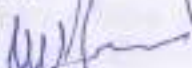


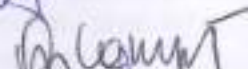
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

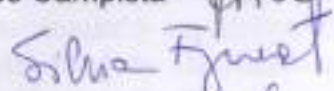

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

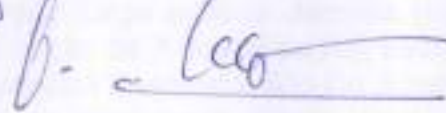
Dora Monteiro e Silva de Alcântara 

Maria Regina Pontin de Mattos 

Mozart Vitor Serra 

Olga Maria Esteves Campista 

Silvia Finguerut 

Victorino Chermont de Miranda 



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1253ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima terceira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Francisco Hue, acompanhado de equipe do Escritório *Francisco Hue Arquitetura*. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação, pelo arquiteto Francisco Hue, do Projeto de Restauro, Arquitetura e Complementares para o Conjunto Arquitetônico do Parque Lage e seus Jardins (incluindo-se o antigo Palacete Henrique Lage/atual Escola de Artes Visuais) localizado à Rua Jardim Botânico, nº 414, no bairro do Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos da Sessão, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra ao arquiteto Francisco Hue, que deu continuidade à apresentação do assunto em pauta. O arquiteto informou ao Colegiado sobre a proposta para a edificação da Cavalaria e entorno, declarando que esta será entendida além dos limites de sua construção. Assim, segundo o arquiteto, uma vez que esta se encontra no eixo da entrada principal do Parque, pretende-se torná-la o espelho da produção e relevância da *Escola de Artes Visuais*. Declarou, em seguida, que pela proposta em tela tal edificação será circundada por uma praça, cuja função será agregar o público em seu entorno. Já para os fundos da construção, informou que está proposto um espaço descoberto, que poderá funcionar como um jardim de esculturas, como área de convívio. Quanto à Casa da Guarda, outra edificação localizada junto à entrada principal do Parque, informou que esta se encontra ociosa, devendo ser transformada em um *"centro de informações da programação da EAV e do Parque Nacional da Tijuca"*. Em seguida, o arquiteto falou aos presentes sobre a proposta para o parque infantil, localizado junto ao portão direito do Parque. Sobre este item do projeto em tela, informou que este espaço, que é muito utilizado durante toda a semana, ganhará novos equipamentos, transformando-se num parque lúdico e estimulante para o público. Em seguida, o arquiteto declarou que para o apoio das atividades no local, serão instalados, ainda, sanitários, quiosques e completo serviço de lixo. Sobre a construção de um anexo, esclareceu que embora este não faça parte da presente proposta, *"a criação de um anexo complementar ao Palacete se faz necessária, a fim de absorver as atividades como pintura e escultura"*. Ainda segundo o arquiteto, *"a área para a implantação deste, porém, deverá ser avaliada, uma vez que esta construção deverá ter em torno de 800m²"*. Em seguida, referindo-se aos jardins e obras de arte, ressaltou que estes sofrem com a ação das chuvas torrenciais (deslizamentos e quedas de árvores) uma vez que o Parque se encontra nas encostas do Corcovado, local de maior índice pluviométrico do município. Por esta razão, declarou o arquiteto, os citados jardins serão inteiramente recuperados, o mesmo ocorrendo com as obras de arte localizadas no seu interior, com os lagos e

mt
f
pn
152



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

caminhos, e, ainda, com as construções históricas, como a antiga lavanderia de escravos. Informou, ainda, que será elaborado, também, um sistema de sinalização, que possibilitará a realização de passeios no local. Concluindo sua exposição, e apresentação de material sobre a intervenção pretendida, o arquiteto declarou que com a proposta em tela pretende-se *"fazer do Parque Lage uma fundamental referência no Rio de Janeiro, com um parque bem cuidado e sinalizado, um jardim romântico entre asfalto e floresta, promovendo nesta transição entre ambos, um parque com novos polos de convívio e usos, e tendo o dinamismo e a excelência da EAV, como permanente agente de vitalidade e cultura"*. Com o término da exposição, o Conselheiro Mozart Vitor Serra, no que foi acompanhado por todos os presentes, ressaltou a excelência do projeto em tela, declarando que o mesmo, pelo que se pode observar em todo o decorrer da presente apresentação, foi inteiramente desenvolvido de modo a se adequar ao patrimônio tombado em questão. Ao final dos debates sobre a matéria, o Colegiado, após o entendimento de que o Projeto em tela foi desenvolvido em total respeito à integridade do Parque tombado, e que as intervenções propostas em muito contribuirão não apenas para o funcionamento ideal da Instituição que abriga, mas, também, para a futura preservação deste patrimônio, deliberou, por unanimidade, não se opor ao desenvolvimento do mesmo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 25 de agosto, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1254ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Quitanda, número oitenta e seis, oitavo andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima quarta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, os técnicos Adriano Novaes e Sônia Rachid, do Escritório Técnico Regional do Inepac/Valença, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Denise de Souza Mendes, as arquitetas Maria Cristina Monteiro e Dina Lerner, do citado Departamento, e o Diretor do Departamento de Pesquisa e Documentação do Inepac, Sérgio de Souza Linhares. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação, por Adriano Novaes e Sônia Rachid, do Escritório Técnico Regional do Inepac/Valença, de Estudo para o Tombamento Definitivo do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico da Cidade de Valença e de Bens Culturais Isolados.** Após declarar abertos os trabalhos e apresentar as boas-vindas aos representantes do Escritório Técnico Regional do Inepac em Valença, Sônia Rachid e Adriano Novaes, o Presidente Paulo Vidal declarou considerar bastante oportuna a conclusão dos estudos para o Tombamento Definitivo do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico da Cidade de Valença e de Bens Culturais Isolados*, uma vez que este ano se completaram dez anos do Tombamento Provisório, e que foi retomado um diálogo com a nova administração local, no sentido de uma revisão da legislação municipal, de modo a contemplar os parâmetros estabelecidos pelo tombamento relativos à volumetria das edificações no centro histórico da cidade. O Presidente ressaltou, em seguida, que a atual legislação municipal é muito permissiva, pois prevê construções com altura em torno de (10) dez pavimentos, e que por meio de tal revisão esta seria reduzida para um patamar bastante satisfatório, uma vez que se aproximaria daquele estabelecido pelo Tombamento Definitivo, de 8,00m, assunto a ser abordado pelos técnicos presentes. Ainda sobre a questão, o Presidente ressaltou, em seguida, que todo este processo de negociação culminou com a adequação da legislação municipal, e com um entendimento que eliminará muito dos atritos existentes envolvendo os proponentes, a Prefeitura e o Inepac. Em seguida, citando como exemplo o caso em que foi exigida a demolição de uma construção irregular na cidade, o Presidente ressaltou que antes desse processo de negociação e revisão da legislação municipal, a Prefeitura imputava ao Inepac todo o ônus das restrições impostas pelo tombamento, situação que acabou sendo revertida. Em seguida, passou a palavra aos citados técnicos, que deram início à apresentação do *Estudo* em pauta. O historiador Adriano Novaes, após agradecer a oportunidade de falar ao Colegiado, declarou que, de fato, o principal problema enfrentado para a elaboração dos estudos em pauta tem sido a questão dos gabaritos, que é a grande reivindicação por parte da Prefeitura, e que estes sofreram pequenos ajustes por parte do Inepac, principalmente nas áreas de tutela, onde tiveram pequeno acréscimo com relação ao



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Tombamento Provisório, que estabelece gabaritos bastante restritivos, de 5,50m, incluídos todos os elementos construtivos. O historiador ressaltou, em seguida, que outra mudança foi a inclusão de novos imóveis para fins de tombamento, bem como de calçamento de pedras de ruas localizadas na área de ambiência no centro histórico, o que mostraria mais adiante. Sobre a questão, o Presidente Paulo Vidal esclareceu que o Tombamento Provisório delimitava a área do centro histórico e alguns imóveis considerados isolados, e que a área de tutela destes últimos fazia com que a proximidade entre a área já tutelada e a área dos bens isolados fosse praticamente anulada, uma vez que qualquer construção entre um e outro bem acabaria estando numa área de influência do tombamento. Esclareceu, em seguida, que, para resolver a questão, está sendo definida a união entre a área originalmente delimitada como sendo do Centro Histórico e a área de tutela de alguns bens isolados. Ressaltou, em seguida, que já outros bens considerados isolados, como estão, de fato, bastante distantes, terão suas áreas de entorno definidas separadamente. Em seguida, após deliberação do Colegiado pela continuidade da apresentação do assunto em pauta na sessão seguinte, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 01 de Setembro de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1255ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Quitanda, número oitenta e seis, oitavo andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima quinta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, os técnicos Adriano Novaes e Sônia Rachid, do Escritório Técnico Regional do Inepac/Valença, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Denise de Souza Mendes, as arquitetas Maria Cristina Monteiro e Dina Lerner, do citado Departamento, e o Diretor do Departamento de Pesquisa e Documentação do Inepac, Sérgio de Souza Linhares. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação, por Adriano Novaes e Sônia Rachid, do Escritório Técnico Regional do Inepac/Valença, de Estudo para o Tombamento Definitivo do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico da Cidade de Valença e de Bens Culturais Isolados.** Após declarar abertos os trabalhos da Sessão, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra aos técnicos Sônia Rachid e Adriano Novaes, que deram continuidade à apresentação do Estudo em pauta. Com a palavra, o historiador Adriano Novaes, complementando o depoimento do Presidente Paulo Vidal na Sessão anterior, informou que para melhorar a definição destas áreas de tutela, foram incluídas algumas ruas que faziam parte do traçado original da cidade e que não entraram no Tombamento Provisório. Ainda sobre a questão dos gabaritos, a arquiteta Sônia Rachid ressaltou que os gabaritos mais altos, de 16,15m, estão restritos às ruas de comércio, já verticalizadas. Informou, em seguida, que a cidade foi dividida em seis setores, e que para a elaboração da atual proposta de gabarito levou-se em consideração a altura das construções históricas, suas casas assobradadas e sobrados, a própria topografia da cidade, as visadas e a preservação de toda a volumetria destes casarões. Informou, em seguida, que pela proposta de Tombamento Definitivo os gabaritos de altura para a preservação da ambiência foram alterados de 5,50m para 8,00m, limitado a dois pavimentos, observando-se um afastamento de 10,00m a partir da testada do terreno. Informou, ainda, que a partir deste afastamento, fica estabelecido como altura para as novas construções o gabarito de 12,50m, o que, segundo declarou, favorecerá a construção de mais um pavimento, sem que, entretanto, sejam comprometidas as visadas de rua, que serão salvaguardadas. Como justificativa para tal mudança, esclareceu que se chegou à conclusão de que o gabarito ora proposto, além de manter a média de altura das construções do centro histórico, possibilitará a construção de sobrados cuja altura não interferirá negativamente na ambiência deste setor da cidade. A arquiteta ressaltou, em seguida, que as questões abordadas são relativas ao centro histórico, e que, a partir do centro, caberá ao Plano Diretor definir as formas de ocupação, cuja revisão será devidamente acompanhada pelo Inepac. Em seguida, o Presidente Paulo Vidal declarou que se chegou à conclusão segundo a qual a preservação destas visadas e o fato dos terrenos serem muito longos permitiria uma ocupação que já havia sido



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

proposta em alguns casos, ou seja, de construção na parte posterior dos lotes com altura máxima de 12,50m, caso em que se teria que legislar sobre tal ocupação. Ressaltou, em seguida, o Presidente, que, entretanto, verificou-se que tal legislação não poderia ser a mesma da parte frontal do lote, que precisaria ser mais restritiva, de 8,00m. Por fim, o Presidente, após ressaltar que está sendo gerenciado todo um centro histórico, declarou que os estudos concluíram que com tais medidas estaria preservada a leitura do conjunto tombado. Sobre a questão, a Conselheira Dora Alcântara declarou que, de fato, tal preservação só é possível quando é feito um trabalho conjunto com a legislação municipal. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou entender que tal legislação permitirá um adensamento dos fundos desses terrenos. A Conselheira Olga Campista ponderou que isso levará a um desmembramento de terreno, razão pela qual tais questões deverão ser trabalhadas no Plano Diretor. A Conselheira Silvia Finguerut declarou concordar com a Conselheira, completando que tais desmembramentos deverão ser evitados. Sobre a questão, a arquiteta Sônia Rachid argumentou que existe o entendimento relativo à necessidade de preservação dos quintais aos fundos dos imóveis, razão pela qual deverá ser avaliado caso a caso, tanto nos casos de bens tombados quanto dos tutelados. O Presidente Paulo Vidal declarou que, diante do exposto, poderia ser acrescentado na redação do Tombamento Definitivo que os quintais dos bens tombados ficam preservados. A Conselheira Silvia Finguerut opinou que poderia ser acrescentado no Plano Diretor que deverão ser retirados os postes e embutida toda a fiação, além de questões relativas aos letreiros da cidade, que atualmente encobrem as fachadas das edificações. A arquiteta Dina Lerner declarou que está prevista na legislação que o Tombamento poderá incluir os chamados "atos de conservação", inclusive nas áreas tuteladas, e que, assim, os itens acima mencionados, entre outros, poderão constar das recomendações do Tombamento Definitivo em questão. O Presidente Paulo Vidal opinou que tais questões poderão fazer parte de uma espécie de "pacote urbano" a ser apresentado. Em seguida, a arquiteta Sônia Rachid informou que quanto ao Sítio Histórico e Paisagístico da Serra dos Mascates, o Tombamento Definitivo estabelece que estão mantidos os parâmetros do Tombamento Provisório, mas serão estabelecidos setores com características próprias. Com o término da apresentação em tela, o Colegiado aprovou as alterações na proposta de Tombamento Provisório nos termos apresentados na presente data, parabenizou os técnicos Adriano Novaes e Sônia Rachid por todo o trabalho realizado, e, por fim, propôs que a redação da Resolução de Tombamento Definitivo seja oportunamente apresentada ao Conselho para deliberação final. **2. Recurso ao indeferimento, pelo Inepac, para alteração de projeto aprovado na proximidade imediata do Mirante da Granja Guarany, em Teresópolis/RJ.** Ao final dos debates, o Colegiado considerou que o material apresentado não é suficiente para uma tomada de decisão sobre a matéria na presente data. Por esta razão, sugeriu o desenvolvimento de Estudo dos impactos da nova solução de projeto no bem tombado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 15 de setembro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 01 de Setembro de 2014.

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Paulo E. C. L. Ribeiro

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

D. Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

M. Pontin

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

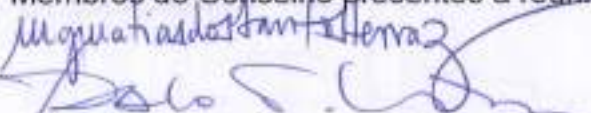
V. Chermont



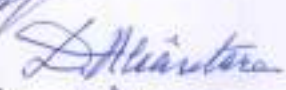
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1256ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

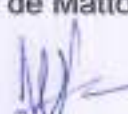
Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Visita às Obras de Restauro e Modernização da Sala Cecília Meirelles, imóvel situado à Rua Teotônio Regadas, nº 26, Lapa, Rio de Janeiro/RJ.** A convite da Conselheira Olga Campista, o Colegiado visitou as Obras de Restauro e Modernização da Sala Cecília Meirelles. Com o término da primeira etapa da visitação, foram interrompidos os trabalhos. Em seguida, após deliberação do Colegiado pela continuidade da visita em pauta na Sessão seguinte, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2014.

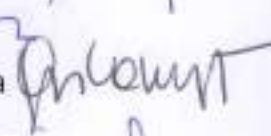

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

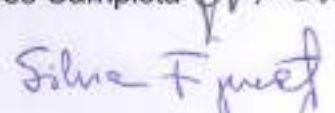
Claudio Valério Teixeira 

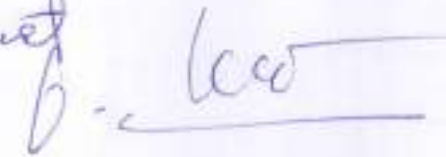
Dora Monteiro e Silva de Alcântara 

Maria Regina Pontin de Mattos 

Mozart Vitor Serra 

Olga Maria Esteves Campista 

Silvia Finguerut 

Victorino Chermont de Miranda 



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1257ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima sétima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Visita às Obras de Restauro e Modernização da Sala Cecília Meirelles, imóvel situado à Rua Teotônio Regadas, nº 26, no Bairro da Lapa, Rio de Janeiro/RJ.** Conforme deliberação do Colegiado na Sessão anterior, foi dada continuidade à visitação das obras em pauta. Com o término da mesma, e nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 03 de Novembro, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira *Cláudio Valério Teixeira*

Dora Monteiro e Silva de Alcântara *Dora Monteiro e Silva de Alcântara*

Maria Regina Pontin de Mattos *Maria Regina Pontin de Mattos*

Mozart Vitor Serra *Mozart Vitor Serra*

Olga Maria Esteves Campista *Olga Maria Esteves Campista*

Silvia Finguerut *Silvia Finguerut*

Victorino Chermont de Miranda *Victorino Chermont de Miranda*



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1258ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Sílvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Formas de atuação do Conselho e suas ações para a proteção do patrimônio para o ano de 2015.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal, referindo-se ao assunto em pauta, declarou que o próprio Colegiado, em algumas ocasiões, manifestou o interesse em dedicar algumas de suas Sessões para pensar sobre sua forma de atuação, citando como exemplo sua atribuição no que se refere à aprovação de projetos, bem como suas ações gerais voltadas à proteção do patrimônio estadual tombado. Em seguida, após ressaltar que de tais discussões poderiam resultar em diretrizes, cuja forma executiva seria dada pelo órgão técnico/Inepac e a Secretaria, passou a palavra aos presentes para o início das discussões do assunto. O Conselheiro Claudio Valério Teixeira propôs que na presente data fosse abordada matéria veiculada na imprensa no final de semana sobre o estado avançado de degradação do Largo do Boticário, localizado no bairro do Cosme Velho, bem tombado pelo Inepac. O Conselheiro declarou que, embora os imóveis do Largo estejam em péssimas condições, acredita que tal situação ainda pode ser revertida, por exemplo, com a transformação dos imóveis em hotel. Sobre a questão, o Presidente Paulo Vidal declarou que tem acompanhado o assunto pelo Inepac, por meio das ações de intimação empreendidas pelo Instituto, e, também, junto à Prefeitura. Informou, em seguida, que as casas que se encontram em mal estado são de propriedade da Senhora Sybil Bittencourt, lembrando, em seguida, o Decreto de Desapropriação do Prefeito César Maia, que venceu durante o primeiro governo do Prefeito Eduardo Paes, este que acabou por criar novo Decreto com a mesma finalidade. Informou, ainda, que, neste meio tempo, a Prefeitura, por meio do atual IRPH, buscou outra forma de solucionar a questão, que seria a venda das casas diretamente à iniciativa privada. Esclareceu, em seguida, o Presidente, que o que ocorre é que a citada proprietária não consegue se decidir sobre a questão, enredada por uma série de problemas, aí incluída a própria orientação de seus advogados, o que inviabilizou esta saída para a questão. Esclareceu, em seguida, que tal Decreto de Desapropriação criou, por outro lado, novo problema, pois ao tornar as casas de utilidade pública para fins de desapropriação, o Governo precisaria dar o passo seguinte, que seria a avaliação de custos e a efetivação da desapropriação, por meio do pagamento à proprietária, o que não foi efetivado pelas administrações referidas. Sobre o assunto, o Conselheiro Mozart Serra declarou considerar tal situação abismante, pois, segundo declarou, uma vez que foi possível para a Prefeitura desapropriar todo o caminho para a *Transcarioca*, num total de duas mil e setecentas propriedades, fica evidente a total falta de vontade política para resolver o caso em

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

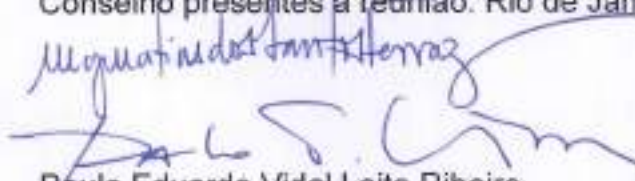
tela. Em seguida, o Conselheiro propôs reuniões com o Conselho do Município, para conhecer-se como a questão em exame está sendo encarada, e buscar-se uma solução conjunta para a mesma, esta que, segundo declarou, é de enorme gravidade. O citado Conselheiro declarou que, segundo seu entendimento, a cidade do Rio de Janeiro está passando por transformações comparáveis, num certo sentido, àquelas empreendidas por Pereira Passos, sem que a questão da preservação do seu patrimônio esteja minimamente contemplada. O Presidente Paulo Vidal declarou que, no caso do Largo do Boticário e de todo o Cosme Velho, outro complicador é que a legislação urbanística municipal estabelece que tal área é zona residencial, não sendo permitido o uso comercial dos casarões aí localizados. Ainda segundo o Presidente, há cerca de dois anos, foi encaminhada à Câmara dos Vereadores proposta de flexibilização daquela legislação, o que resolveria, em vários pontos da cidade, a questão do uso dos imóveis tombados, sem que nada tenha avançado neste sentido. O Presidente argumentou, em seguida, que, segundo seu entendimento, seria o caso de encaminhar-se uma moção do Conselho no sentido de que seja efetivada a desapropriação do Largo, incentivando-se, assim, a Prefeitura a dar uma solução para o caso. A Conselheira Olga Campista, após declarar que o Largo do Boticário é uma ferida, entre outras, e é um bem emblemático para a cidade, argumentou que é fundamental uma discussão relativa à flexibilização da legislação urbanística para os bens tombados, conforme abordou o Presidente Paulo Vidal. Ainda segundo a Conselheira, tal solução tem sido adotada no mundo inteiro, tanto para áreas residenciais, quanto para comerciais e de serviço, o que não se consegue no Rio de Janeiro. A Conselheira citou como exemplo, em seguida, a quase totalidade dos imóveis da região do Saara que estão subaproveitados, com o seu segundo pavimento abandonado, e os vários imóveis no Centro da cidade que poderiam ser retrofitados e convertidos em moradia, contribuindo-se, assim, para resolver parte do grave problema habitacional existente. Ainda referindo-se à necessidade urgente de mudanças na legislação, a Conselheira Olga Campista ressaltou as enormes dificuldades enfrentadas até mesmo para se restaurar os imóveis tombados, mesmo quando existem os recursos para isso. Ressaltou em seguida, que contribuem para este quadro o fato de não haver compreensão de restauro, somadas às grandes dificuldades para se montar um projeto, bem como para realizar-se uma licitação pelas tabelas oficiais, em razão da especificidade dos serviços, e não haver qualquer plano para a manutenção do imóvel depois de reformado, entre outras questões. Segundo a Conselheira, outro ponto fundamental a ser discutido pelos órgãos de preservação junto às Secretarias Municipais de Urbanismo é o uso destes imóveis, essencial para a manutenção dos mesmos. O Presidente Paulo Vidal declarou que, do ponto de vista administrativo, as questões que envolvem o bem em pauta ao longo dos anos têm sido resolvidas, com os ofícios encaminhados à proprietária, e o encaminhamento do assunto Ministério Público, etc. Lembrou, ainda, a recuperação das telhas destes imóveis, que estavam sendo vendidas na Praça XV. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda argumentou que diante da atual gravidade do assunto, não seria o caso de se continuar com a troca de ofícios, o que, segundo declarou, seria inócuo. A Conselheira Dora Alcântara declarou entender que a proposta do Conselheiro Mozart Vitor Serra é uma saída para o caso, no sentido de se buscar uma ação conjunta entre Estado e Município. O Presidente Paulo Vidal, voltando a

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

referir-se às ações empreendidas pelo Município para a ocupação de imóveis ociosos na cidade, falou aos presentes que outro decreto que ficou parado na Câmara dos Vereadores é o do IPTU Progressivo, cujo objetivo é forçar o proprietário a promover o uso destas edificações, uma vez que o imóvel vazio teria sua taxa aumentada a cada ano em 60%. A Conselheira Silvia Finguerut, voltando ao caso do Lago do Boticário, declarou entender que o Inepac é que está sendo exposto pela matéria em pauta, uma vez que o bem é tombado pelo Estado. Por esta razão, segundo a Conselheira, o Instituto precisa se posicionar independentemente da ação do Município. A Conselheira argumentou, em seguida, que as questões acima levantadas terão um resultado de médio a longo prazo, e que o Inepac precisa pensar numa ação imediata e que, como Conselheira, se sentiu responsável pelo que está ocorrendo ao patrimônio em questão. Declarou, em seguida, que a UNESCO tem um programa voltado para patrimônio em risco, e que, no momento, o imóvel em questão tem que ser olhado como tal. Ainda segundo a Conselheira, é o caso de se chamar a Defesa Civil, para a salvaguarda física do imóvel. A Conselheira Olga Campista argumentou que outra questão a ser discutida, de extrema importância para o Inepac, é que o órgão precisa ter poder de multa, esta que poderia ser convertida na recuperação dos imóveis degradados. Ainda segundo a Conselheira, os entraves tem que ser encarados, pois tem que se buscar os instrumentos e sua regulamentação, que, hoje, não existem. Ainda segundo a Conselheira, não existe entendimento jurídico, nem da parte da Procuradoria, nem do Tribunal de Contas, que dê respaldo a essas intervenções. A Conselheira deu como exemplo as tentativas da Secretaria no sentido de criação de um Edital para obras emergenciais, e, ainda, a criação, dentro do Plano Estadual de Cultura, de um Fundo de Cultura, para se conseguir verbas para a recuperação do patrimônio, iniciativas ainda em curso. A Conselheira ressaltou, por fim, que o problema fundamental, portanto, não é se conseguir as verbas, mas, sim, o citado entendimento jurídico, que, ressaltou, também não existe nas esferas municipal e federal. O Conselheiro Victorino Chermont declarou concordar com a Conselheira, ressaltando, ainda, que o Inepac poderá vir a ser responsabilizado pelo que está ocorrendo ao bem tombado em tela. A Conselheira Regina Mattos declarou que o Inepac tem que se manifestar como órgão de tutela, acrescentando, em seguida, que se faz necessária, também, uma manifestação do CET sobre o assunto. Em seguida, após deliberação do Colegiado pela continuidade da discussão do assunto em pauta na sessão seguinte, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 03 de Novembro de 2014.


Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro


Claudio Valério Teixeira



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

D. Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

M. Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

M. Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

V. Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1259ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

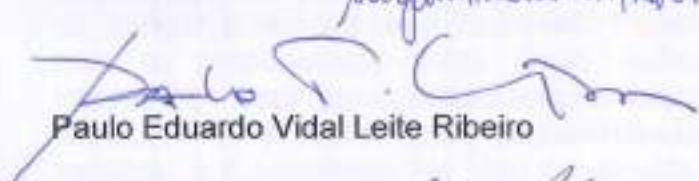
Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinquagésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Conforme deliberado na Sessão anterior, foi dada continuidade às discussões sobre **matéria veiculada na imprensa sobre o atual estado de degradação do Conjunto Arquitetônico do Largo do Boticário, bem tombado pelo Inepac situado no Bairro do Cosme Velho**. Com a palavra, o Conselheiro Claudio Valério Teixeira declarou que o assunto poderia ser levado ao Governador do Estado, este que, em encontro recente, lhe pareceu bastante sensível à questão da preservação. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que a primeira ação seria buscar-se uma conversa com o Secretário Washington Fajardo, nos termos já abordados anteriormente. O Presidente Paulo Vidal declarou que o citado Secretário precisaria de apoio político para atuar no caso em tela. Sobre a questão, a Conselheira Olga Campista argumentou que o Conselho poderia ser este apoio político, com o que declarou concordar o Conselheiro Mozart Vitor Serra. O Conselheiro Victorino Chermont declarou que a solução para o caso é a efetiva desapropriação dos imóveis. Em seguida, o Presidente se dirigiu aos presentes indagando, então, qual a providência a ser tomada. A Conselheira Dora Alcântara propôs aproveitar-se a matéria em pauta, encaminhando-se uma carta ao Prefeito, falando da necessidade de uma ação conjunta para a solução do caso, e, ainda, com o mesmo objetivo, buscar-se um encontro com a Secretária de Cultura, esta que, por sua vez, levaria o assunto ao Governador do Estado. O Presidente indagou, em seguida, à citada Conselheira, se o IAB poderia apoiar de alguma maneira. A Conselheira respondeu que levaria o caso ao conhecimento do citado Instituto, para uma ação conjunta com o Conselho e Inepac. O Conselheiro Mozart Vitor Serra voltou a propor o contato com o Secretário Washington Fajardo, para se conhecer o entendimento deste sobre o assunto, e lhe propor apoio para a solução a ser dada ao mesmo. A Conselheira Silvia Finguerut declarou que o Inepac deveria solicitar a ida da Defesa Civil ao local. O Presidente Paulo Vidal declarou que seria o caso de o Conselho manifestar-se sobre o caso, proposta acatada por todos os presentes. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda propôs que seja tomada a iniciativa de procurar-se o Ministério Público para uma exposição detalhada de todas as questões envolvidas no caso do Largo ao longo dos anos, para que este, por sua vez, se posicione com relação ao mesmo, fazendo, por fim, com que a proprietária assuma as suas responsabilidades com relação ao imóvel. O Conselheiro ressaltou que não seria o caso de encaminhamento de um ofício, mas de se pedir uma reunião com o referido órgão, evitando-se, assim, que este apresente uma interpelação ao Inepac. A Conselheira Silvia Finguerut declarou que é o caso de se colocar ao lado do Ministério Público, solicitando-lhe ajuda para a solução do grave problema. Ao final dos debates,

f. m. z. t. a. q. m.



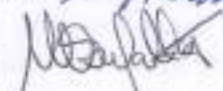
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

o Presidente Paulo Vidal ficou de empreender as ações propostas pelo Colegiado durante as discussões em pauta. Em seguida, o Presidente distribuiu aos presentes convites para a 4ª Edição do "Seminário sobre a Preservação de Bens Móveis e Integrados" promovido pelo Inepac, em Campos dos Goytacazes. Em seguida, propôs homenagem do Colegiado ao ex-Conselheiro Augusto Carlos da Silva Telles, por ocasião dos 20 anos de sua posse como Presidente do Conselho, que presidiu por 10 anos, a ser comemorado no próximo ano. O Presidente propôs que cada um poderia escrever um depoimento sobre a participação do Conselheiro no CET, textos que fariam parte de uma publicação comemorativa. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda lembrou que no próximo ano se comemora os 50 anos de criação do Inepac, primeiro órgão de proteção do patrimônio em nível estadual, e que tal homenagem poderia fazer parte desta comemoração maior. A proposta foi acatada por todos os presentes. No encerramento da sessão, a Conselheira Regina Mattos leu documento relativo ao Pavilhão do ISERJ, tendo sido o mesmo, por acatar as recomendações do Conselho ao projeto apresentado, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 24 de novembro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 03 de Novembro de 2014.

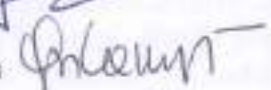

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira 

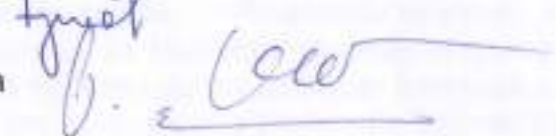
Dora Monteiro e Silva de Alcântara 

Maria Regina Pontin de Mattos 

Mozart Vitor Serra 

Olga Maria Esteves Campista 

Silvia Finguerut 

Victorino Chermont de Miranda 



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1260ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima sexagésima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal falou ao Colegiado sobre nota veiculada na imprensa relativa à **suspensão do tombamento do Hangar Caquot, do Aeroporto Santos Dumont**, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Tófoli. Informou, em seguida, que logo após tomar conhecimento da citada nota, intitulada "*Obra liberada*" e segundo a qual a União, com tal suspensão, poderia dar prosseguimento às obras de expansão do Departamento de Controle do Espaço Aéreo-DECEA, encaminhou o assunto à Procuradoria Geral do Estado, para que fossem buscadas informações sobre em que consistiria tal decisão, bem como quais as implicações da mesma. Em seguida, a Conselheira Regina Mattos lembrou aos presentes que o Inepac, após receber denúncia da realização de obras de acréscimo no prédio ao lado do Hangar, a referida sede da *Divisão Especial de Controle Aéreo*, entrou em contato com os responsáveis pelas obras, solicitando a apresentação de projeto da intervenção, este que nunca foi encaminhado, razão pela qual o assunto foi trazido ao Conselho e, posteriormente, encaminhado ao Ministério Público. Informou, em seguida, a Conselheira, ter sido construída uma edificação no local, sem qualquer consulta ao Instituto. Sobre a recusa da Aeronáutica em enviar o projeto para a devida aprovação, o Presidente Paulo Vidal lembrou que a mesma questionou tal solicitação alegando tratar-se de um bem federal, razão pela qual não poderia ocorrer o tombamento estadual de área pertencente à União. Ainda segundo o Presidente, tal posição levou o Inepac e Conselho a decidirem pelo encaminhamento do assunto ao Ministério Público Estadual, para as devidas providências. Informou, em seguida, que, posteriormente, o caso acabaria se desdobrando em uma série de ações, chegando, por fim, ao Supremo Tribunal Federal. Ainda segundo o Presidente, sobre a questão, o Ministro Dias Tófoli, após analisar o caso e formular um voto declarando a pertinência do tombamento de um bem federal pelo Estado, solicitou que fosse buscada uma conciliação entre as partes. O Presidente informou, em seguida, que embora tenha aceitado tal decisão do Supremo, durante a reunião de conciliação ficou claro não haver por parte da Aeronáutica qualquer interesse num acordo, uma vez que foi mantida a recusa em apresentar o projeto da intervenção. O Presidente ressaltou, em seguida, que esta postura foi adotada com relação a todos os órgãos, não existindo a respectiva licença da Prefeitura, do Corpo de Bombeiros, entre outras. A Conselheira Regina Mattos declarou que as obras de expansão da sede do DECEA já estão concluídas, e que novas obras que estão sendo executadas interferem negativamente no Hangar, e que, de fato, não há qualquer perspectiva de encaminhamento dos projetos (DECEA e anexo) pelos responsáveis pela intervenção. Em seguida, o Presidente Paulo Vidal leu o trecho final do voto do Ministro Dias

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Tófoli, de 06 de novembro p.p, de suspensão do tombamento em tela: "(...) Vislumbro por essas razões a necessidade de conceder apenas parcialmente a medida pleiteada para suspender o tombamento realizado permitindo o prosseguimento das obras ali iniciadas pela União, desde que, tanto quanto possível, sejam mantidas as características arquitetônicas do bem objeto de restrição suspensa, sem prejuízo de eventuais restrições administrativas impostas como decorrência dos tombamentos realizados nos bens vizinhos, uma vez que eventual repercussão dessa espécie de restrição administrativa ao Hangar Caquot e suas adjacências não é objeto desses Autos". Sobre o assunto, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que, na verdade, tal suspensão da vigência do tombamento visa tornar legais as obras realizadas. Ainda segundo o Conselheiro, caberia um recurso em sede judicial contra tal decisão por meio da Procuradoria Geral do Estado. Ao final dos debates sobre a matéria, o Colegiado deliberou pela distribuição do processo de tombamento do Hangar Caquot ao Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, para análise a partir da suspensão em tela, e posterior orientação quanto às medidas cabíveis. A seguir, na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Recurso dirigido ao Inepac pela Construtora João Fortes Engenharia S. A, por meio do qual é questionada a análise do Instituto relativa aos parâmetros para edificação no terreno situado à Rua Real Grandeza, nº 96, definido como área de entorno para a preservação da ambiência do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Martins Ferreira e Adjacências, em Botafogo.** Dando início à apresentação da matéria em pauta, o Presidente Paulo Vidal informou que, devido à profundidade dos seus lotes, o terreno em questão faz divisa com os fundos das casas tombadas de nº 61 e nº 63 da Rua Martins Ferreira, imóveis integrantes do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Martins Ferreira e adjacências, encontrando-se, assim, dentro do polígono definido pelo tombamento como área de tutela para a preservação da ambiência do citado Conjunto. O Presidente ressaltou, em seguida, o fato de ter havido, em 2001, por ocasião de exame, pelo Inepac, de aproveitamento de área vizinha ao terreno em questão (o nº 108 da mesma Rua Real Grandeza) a definição segundo a qual numa faixa frontal do terreno poderiam ser aplicados os parâmetros urbanísticos municipais vigentes, desde que a profundidade máxima da nova edificação não ultrapassasse os 50,00m. O Presidente ressaltou, ainda, ter sido igualmente estabelecido que tal construção deveria ter 10,50m como altura máxima, observando-se um recuo mínimo de 3,00m nos fundos do lote. Em seguida, o Presidente declarou que tais critérios visavam resguardar a integridade da área de tutela do bem tombado em questão e, em decorrência, garantir a preservação do ambiente original deste trecho do bairro de Botafogo. O Presidente ressaltou, por fim, ser de fundamental importância levar-se em consideração o caso acima exposto para a análise do presente recurso. Sobre este, informou que, segundo análise do DPCN/Inepac, a edificação de um prédio de altura elevada na proximidade imediata das citadas casas históricas resultaria em impacto negativo à ambiência do conjunto tombado em tela. Por fim, o Presidente informou ter chegado ao Inepac, na presente data, uma nova versão da proposta, ainda a ser estudada pelo Departamento técnico do Instituto. Ao final dos debates sobre o assunto, o Colegiado, após o entendimento de que faltam informações para uma posição final do CET sobre o recurso em pauta, deliberou pelo retorno do respectivo processo ao Inepac, para a realização de



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

diligência ao local e elaboração de novo Estudo e Parecer Técnico sobre o impacto da intervenção proposta no novo projeto com relação ao Conjunto tombado, a serem oportunamente submetidos à análise do Conselho. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a Sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 08 de Dezembro de 2014.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro
Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira
Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara
Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos
Maria Regina Pontin de Mattos

Silvia Finguerut
Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda
Victorino Chermont de Miranda



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1261ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro

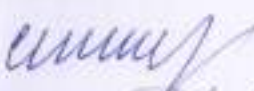
Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima sexagésima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Recurso dirigido ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/Inepac relativo à intervenção na Praça Vereador Ruy Andrade, no entorno do Palácio Barão de Guapy, bem tombado estadual no Município de Barra Mansa.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal informou ao Colegiado tratar-se de recurso por meio do qual a atual administração do município de Barra Mansa questiona a decisão do Inepac de negar a solicitação para a instalação de *blindex* no perímetro externo da Praça Vereador Ruy Andrade, com o objetivo de fechamento do local, que se encontra definido como área de tutela para a preservação da ambiência do *Palácio Barão de Guapy*, bem tombado pelo Estado no Município de Barra Mansa. Informou, em seguida, ter sido aprovado pelo Instituto, no ano de 2011, um projeto de reforma e adaptação da Praça em questão, e do qual não constava a proposta de instalação de um *blindex* no local. Informou, em seguida, que, entretanto, em 2014, um novo projeto foi encaminhado com a proposta de instalação do citado *blindex*, intervenção esta aprovada, desde que o mesmo fosse colocado no perímetro interno da Praça, entre o piso e a mureta da jardineira. Ainda segundo o Presidente, da referida aprovação constava, ainda, a instalação, ressaltado o seu caráter precário, de uma academia de ginástica no local, mediante compromisso de remoção, ao final de um prazo de 18 meses, de todos os seus respectivos equipamentos, além do *blindex* em tela, bem como de portão em ferro ali existente. Ao final dos debates sobre a matéria, o Colegiado, após entender que a intervenção proposta interfere negativamente na área de ambiência do bem tombado em tela, deliberou negar o presente recurso, para a instalação de *blindex* como meio de fechamento da Praça em questão. Deliberou, ainda, exigir que, com o término do prazo citado e remoção dos equipamentos localizados no interior da Praça, a mesma seja recomposta em total acordo com o projeto aprovado pelo Inepac em 2014, retornando, desse modo, à configuração anterior à intervenção para a instalação da academia de ginástica no local. **2. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação pelo Colegiado, foram assinadas as Atas da 1246ª, 1247ª, 1248ª, 1249ª, 1250ª, 1251ª, 1252ª, 1253ª, 1254ª, 1255ª, 1256ª, 1257ª, 1258ª e 1259ª Sessões Plenárias. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 12 de janeiro de 2015, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 08 de Dezembro de 2014.

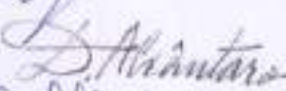
[Assinaturas manuscritas]



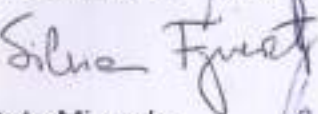
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

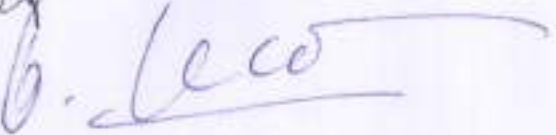

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro


Claudio Valério Teixeira


Dora Monteiro e Silva de Alcântara


Maria Regina Pontin de Mattos


Silvia Finguerut


Victorino Chermont de Miranda